

JORNAL TOP NEWS (1973-1983) E COOPERATIVA DE JORNALISTAS DE GOIÁS (PROJORNAL): ENFRENTAMENTOS DA IMPRENSA ALTERNATIVA À DITADURA MILITAR¹

Kalyne Menezes²
Rosana Maria Ribeiro Borges³

Resumo

O artigo aponta a necessidade de pesquisa relacionada ao jornal Top News como parte da História da imprensa em Goiás. O periódico circulou entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980 e não possui análises. O jornal foi um periódico engajado, irreverente e crítico, vinculado à Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal) – outra experiência que carece de registros históricos. Neste trabalho, para contextualizar o Top News, ilustra-se, de forma breve, algumas experiências da imprensa alternativa durante o regime militar no Brasil, nesse período. Além disso, o corpo teórico dialoga com autores vinculados aos Estudos Culturais e os instrumentos metodológicos estão ancorados no levantamento bibliográfico, na pesquisa documental e na entrevista online.

Palavras-chave: Imprensa alternativa. História da imprensa em Goiás. Jornal Top News. Projornal.

NEWSPAPER TOP NEWS (1973-1983) AND COOPERATIVE OF JOURNALISTS OF GOIÁS (PROJORNAL): PRESS FIGHTING ALTERNATIVE TO MILITARY DICTATORSHIP

Abstract

The article points to the need for research related to the Top News newspaper, as part of Press History in Goiás. The journal circulated between the late 1970s and the early 1980s and has no analysis. The newspaper was an engaged, irreverent and critical, linked to the Goiás Journalists Cooperative (Projornal) – another experience that has no historical record. In this paper, to contextualize Top News, briefly show some experiences of alternative journalism during the military regime in Brazil. In addition, the theoretical body to dialogue with authors of Cultural Studies and the methodological instruments are based on bibliographic survey, documentary research and online interview.

Keywords: Alternative press. Press history in Goiás. Top News newspaper. Projornal.

Introdução

A escrita da história do Jornalismo tem se mostrado cada vez mais essencial em diversos aspectos, com destaque para o registro de acontecimentos em determinados tempos e espaços em perspectivas capazes de elucidar aspectos de sociedades, suas culturas, particularidades e modos de viver. Ao analisar determinados períodos históricos, como a ditadura militar no Brasil, a escrita de uma história da imprensa se mostra extremamente relevante e desafiadora, especialmente quando está relacionada a um veículo jornalístico que não possui nenhuma análise científica. É o caso do jornal Top News, impresso que, inicialmente, foi fundado como um periódico de serviços e depois foi transformado em um semanário com escopo crítico e de enfrentamento

à ditadura militar e à política vigente. Da mesma maneira, não há estudos acadêmicos sobre a Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal), organização goiana de enfrentamento da censura que teve como inspiração modelos de outras agremiações do país que buscavam uma produção jornalística independente e alternativa aos grandes veículos de comunicação.

Ao que mostra a pesquisa inicial, o Top News era um veículo ácido, pautado por uma linha editorial que dava espaço tanto para denúncias de abusos de poder e de torturadores, quanto para assuntos do movimento social – alguns, inclusive, tiveram espaço na mídia goiana pela primeira vez, como o movimento gay. Um dos pontos mais importantes quando se pensa nessa história que ainda não foi contada é que este jornal, que tinha uma tiragem de 30 mil exemplares, era dis-

tribuído gratuitamente em pontos populosos da cidade, como praças e prédios da administração pública e, com isso, chegava até as regiões periféricas. Noutros termos, a distribuição do Top News, além de abranger os bairros mais distantes, chegava nas cidades vizinhas que compõem a chamada Região Metropolitana de Goiânia (REG) e também circulava em cidades interioranas nas quais mantinha sucursais. Posteriormente os jornalistas que atuavam no Top News fundaram a Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal), entidade que ficou responsável pela produção e pela circulação das últimas oito edições do periódico, cujos detalhes serão expostos mais adiante.

Essa história carece de ser contada na perspectiva da História Cultural pois, como afirma Barbosa (2005, p. 56), “[...] para a teoria da história é fundamental o que aconteceu, como aconteceu e, sobretudo, porque aconteceu”. Essa é, de acordo com a autora, uma das maiores contribuições que a História pode fornecer aos estudos de Jornalismo, especialmente no que tange a história da imprensa. É como contar um passado em um presente, que olha os acontecimentos com um grau de consciência e de reflexão a partir do que houve, mas com o olhar de hoje, apoiado na memória e em tudo o que gera representâncias.

Barbosa (2004) é categórica ao afirmar que escrever a história da imprensa vai além de alinhar nomes, fatos, datas, destacar personagens, dentre outros aspectos. Para a autora, há diversas formas de se fazer história da imprensa e olhar para o passado, inclusive é possível acreditar que os fatos realmente ocorreram da forma que são narrados – e, assim, fazer história seria transportar esse passado para o presente. Ou pode-se considerar que o passado está perdido no seu próprio tempo e que, por isso, o que se faz hoje seria apenas uma interpretação baseada em vivências, experiências e outros aspectos que dizem respeito à memória.

Assim, construir uma história da imprensa é fazer o mesmo movimento que se produz para a “escrita da história”, seja qual for o objeto empírico pesquisado. É perceber a história como um processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos, silêncios que dizem mais do que qualquer forma de expressão, e que na maioria das vezes não foram deixados para o futuro. Compete ao historiador perguntar pelos silêncios, identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política (BARBOSA, 2004, p. 3).

Quando se fala de história da imprensa consideram-se, portanto, os processos comunicacionais e as relações intrínsecas que se desenvolvem em torno desses processos, completa Barbosa (2004). Ainda segundo a pesquisadora, esse sistema está associado ao que Robert Darnton conceitua como circuito da comunicação, trajeto que vai desde os produtores de texto até as diferentes apropriações das mensagens pelo público, de modo que

Falar em história da imprensa é, portanto, se reportar ao que se produziu,

Autor Correspondente 1: mskalyne@gmail.com

Autor Correspondente 2: rosanaborges.ufg@gmail.com

Recebido: 25/06/2020. Aprovado: 08/08/2020. Publicado: 15/08/2020

de que forma, ao como se produziu, para quem se produziu e que consequências trouxe essa produção para a sociedade. É se referir, igualmente, a forma como o público reagiu àquelas mensagens e perceber de que forma realizaram leituras ou interpretações plurais. Formas de leituras, formas de apropriação, interpretações plurais de sentido. [...] Estamos, portanto, inserindo a produção de uma história da imprensa dentro de um campo claramente configurado e que se denomina história cultural. [...] a história cultural deve, na definição de Roger Chartier (1990), identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma dada realidade é construída, pensada e dada a ler (BARBOSA, 2004, p. 4).

Barbosa (2004) argumenta também que a história, qualquer que seja, é uma 'reinterpretação, reinvenção, reescritura', já que não há uma possibilidade de recuperação total e fidedigna do passado da forma como ele se deu. Assim, considerando o recorte da história cultural, a autora destaca que Robert Darnton propõe a realização de uma 'história social e cultural da comunicação impressa'. Darnton (1990 apud BARBOSA, 2004) considera que o estudo dos meios de comunicação em um sentido histórico passa, sem dúvida, por todo o processo que constrói essa história, culminando na interpretação dos leitores. Dessa forma, também é importante, na escrita da história da imprensa, considerar o potencial criador e inventivo do público "[...] no instante em que realizam o processo de recepção e também caracterizar práticas que se apropriam de modo diferente dos materiais que circulam em determinadas sociedades, identificando-se as diferenças" (BARBOSA, 2004, p. 4).

Nesse contexto, considerando a importância simbólica do Top News para a sociedade goianiense e, especificamente, para a formação profissional de jornalistas, é que se propõe a presente reflexão. A qual tem por objetivo construir uma primeira leitura acerca deste periódico, tendo em vista que um estudo mais completo será desenvolvido em um projeto de pesquisa vinculado à Linha de Pesquisa em Mídia e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPG-COM), nível Doutorado, da Faculdade de Informação e Comunicação⁴ (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e ao Grupo de Pesquisa História da Comunicação em Goiás. O principal questionamento, portanto, está relacionado à seguinte pergunta: a partir de um levantamento bibliográfico e documental preliminar, o que é possível saber a respeito do Top News, jornal que, até o presente momento, está silenciado na história da imprensa goiana, e da Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal)?

Para contextualizar o período dos objetos estudados, este artigo ilustra algumas experiências que se deram no País durante a ditadura militar, até porque muitas delas, como a do Pasquim, serviram de inspiração para diversos jornais Brasil afora – sendo que o Top News foi um deles. Como dito, o semanário era considerado crítico, irreverente, debochado e ácido, mantendo características à frente do seu tempo que, simultaneamente, eram inspiradas e ancoradas no caldeirão cultural e na efervescência da sociedade frente a um governo autoritário, bem como na luta por pluralidade, liberdade e democracia. O artigo perpassa, ainda, pela história da imprensa e, por fim, contextualiza o Top News e a Pro-

jornal como uma história que é necessária, urgente e importante para a história do Jornalismo em Goiás.

Os jornais na ditadura militar

De acordo com Aguiar (2012), a história dos jornais alternativos é longa e diversificada na história do Brasil, tendo marcos desde antes do golpe militar. Na Primeira República, por exemplo, houve muitos jornais alternativos – tais como os famosos A Manhã, do Partido Comunista do Brasil, e A Manhã, coirmão e paródico do Barão de Itararé. O jornal alternativo de maior sucesso foi o Última Hora, de Samuel Wainer, apoiado pelo governo para se contrapor à imprensa conservadora e golpista que queria depor Vargas (AGUIAR, 2012, p. 159). Além disso, o autor também afirma que tanto jornais quanto revistas alternativas surgem, duram um tempo relativo e depois desaparecem, mas sempre estão na história da imprensa, às vezes aparecendo ou ressurgindo quando menos se espera.

Entretanto, apesar de sempre existir na história brasileira, foi como uma das consequências do golpe militar de 1964 que a imprensa alternativa ganhou maior destaque, explodindo em todo o País. A informação passou a ser motivo de preocupação dos militares e, assim, foram criados o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Centros de Informações do Exército (Ciex), da Aeronáutica (Cisa) e da Marinha (Cenimar). Mesmo com pressão e vigilância constantes, foi com o AI-5 que a censura foi normatizada, tornando-se feroz com o respaldo do regime militar. Também houve um movimento dentro das próprias redações dos jornais conservadores e de grande circulação. Havia um clima permanente de censura e vários dirigentes de jornais apoiavam ou justificavam o golpe e as perseguições e violações dos direitos oriundos dele. Com isso,

Uma massa crescente de jornalistas ficou privada de espaço para escrever o que queria, inclusive, em muitos casos, simplesmente o que sabia. Junto a esse fator, ou seja, existência de recursos humanos disponíveis e insatisfeitos, acrescentavam-se facilidades técnicas crescentes com a introdução progressiva do offset, do xerox e do fax, permitido a impressão compensadora de tiragens menores e mais baratas, além de facilitar as comunicações entre os grandes centros urbanos. Quer dizer: a informação era sistematicamente mutilada e construída de acordo com os interesses conservadores, em compensação, havia cada vez mais informação para tornar-se disponível, e de modo mais rápido e também mais barato (AGUIAR, 2012, p. 160, grifos do autor).

Simultaneamente a isso – e desde a criação das universidades brasileiras a partir dos anos de 1930 –, Aguiar (2012) argumenta que, pela primeira vez, houve uma presença muito grande de estudantes e de egressos das universidades nos anos de 1960. Aliados aos trabalhadores insatisfeitos com condições de trabalho, à grande transformação dos meios técnicos e ao volume de leitores em potencial que se informavam por diversos meios, foi formado um caldo de cultura favorável para a multiplicação da imprensa alternativa – que também foi chamada de 'imprensa nanica' pelo escritor João Antônio,

em uma alusão ao episódio bíblico de Davi e Golias.

Os jornais e revistas foram muitos: Pif-Paf, Bondinho, O Pasquim, o de maior sucesso dentre todos, Coojornal, Pato Macho, Resistência, Versus, Ex etc. Mas o que diferenciou a trinca antes mencionada é que a marca política imediata, isto é, de disputa de poder, e do poder da informação com a grande imprensa, foi mais intensa. Tanto é assim que nesses jornais não se aceitava tranquilamente a classificação de "imprensa alternativa", muito menos "nanica". Não, a Imprensa, assim com maiúscula, deveria, de acordo com os envolvidos na fatura desses jornais, ser aplicada a eles, que se consideravam os efetivos defensores do povo brasileiro, ou dos trabalhadores, ou nacionais, o que fosse. Ainda segundo eles, os outros jornais, mesmo tendo grande circulação, é que se constituíam em imprensa minúscula, por serem subalternos, apequenados e menores do ponto de vista jornalístico (AGUIAR, 2012, p. 160-161, grifos do autor).

Contudo, com a redemocratização, a partir da década de 1980, e com a Constituição de 1988, os impressos alternativos desapareceram praticamente por completo. Esse tipo de imprensa passou, então, a se organizar em torno de diversas frentes jornalísticas na cobertura das articulações e no enfrentamento dos bastidores de organizações e de concepções distintas, divididas conforme os confrontos internos e as necessidades de sobrevivência diante da intensa repressão da ditadura de 1964.

Qual o legado dos erros e acertos, das polêmicas e concordâncias, "daquela" imprensa alternativa dos anos 1970, de Opinião, Movimento, Em Tempo? Penso que seu melhor legado é análogo aos dos grupos que se batiam contra a ditadura militar, quase todos eles socialistas e revolucionários, mas hoje menos lembrados por isso e mais, muitas vezes, no caso de seus militantes sacrificados, presos, exilados, como heróis e mártires da redemocratização do país e da América Latina. As propostas podem até ter sido esquecidas, ou devidamente remodeladas para atender aos reclamos de novos tempos, que exigem propostas de um novo socialismo, mais democrático do que o das anteriores, ou outras propostas dentro do âmbito de uma sociedade capitalista mais permeada pelas preocupações sociais. Mas o etos da dedicação a uma causa que envolva solidariedade com uma visão inseparável da luta por liberdade e justiça social, inalienáveis uma da outra, permanece imorredouro, num tempo em que por vezes a canálhice adesiva é chamada de virtude e a traição seguida a ideais e princípios virou moeda corrente, mesmo entre quem diz rejeitar a inevitável corrupção capitalista (AGUIAR, 2012, p. 166-167, grifos do autor).

Aguiar (2012) afirma ainda que durante o regime militar a imprensa teve uma feroz atuação, fez-se ouvir e provocou mudanças não apenas em relação ao Estado democrá-

tico de direito no Brasil, mas como uma imprensa de contestação das mais veementes na história do jornalismo impresso. Nas décadas seguintes, com a transformação dos meios técnicos e, em especial, com o desenvolvimento do ambiente web, esse tipo de imprensa acabou retornando em razão da internet e do seu potencial de comunicação e de poder, marcando um novo capítulo da história do Jornalismo.

Ao historiografar a imprensa carioca na década de 1970, Barbosa (2007) pontua que as ingerências de ordem política; o modelo administrativo baseado em favorecimentos de publicações e clientelismo; e as mudanças nos cenários político, econômico e midiático foram responsáveis, direta ou indiretamente, pelo processo que levou ao desaparecimento de diversos periódicos. Nesse momento, na conjuntura política nacional, não havia pluralidade de espaços e, assim sendo, grupos como O Globo alcançam sucesso empresarial cada vez maior. Para Borges (2013), regionalmente se tende a reproduzir este modelo – como é o caso da Organização Jaime Câmara (OJC), que mantém a hegemonia no mercado jornalístico e comunicacional goiano desde a década de 1960. Contudo, a autora destaca também que, para além da conjuntura nacional, houve, no início dos anos de 1970, um aumento considerável no custo do papel que desencadeou o fechamento de muitos jornais. Nesse ponto, a palavra imprensa adquire, ainda mais, um valor simbólico e cultural.

[...] para além de motivos de natureza econômica – o aumento do papel de imprensa entre outras consequências do chamado “choque do petróleo”, de natureza política – sobretudo o alijamento do noticiário de temas desse universo discursivo, ao lado de perseguições que sofrem alguns periódicos e que terão consequências administrativas significativas –, de natureza organizacional – como por exemplo favorecimentos e clientelismos, configurando uma dependência econômica baseada em alinhamentos políticos de ocasião e a visualização dos processos de reforma como espécie de tabua de salvação para as crises financeiras –, há de se incluir explicações que envolvem necessariamente questões de natureza cultural (BARBOSA, 2007, p. 200, grifos da autora).

No bojo de todas essas questões conjunturais há que se destacar que a imprensa foi alvo das mais diversas formas de censura, cerceamento e perseguições durante praticamente todo o período de ditadura instaurada pelo golpe militar de 1964, com mecanismos instituídos até mesmo por meio de legislações – como é o caso da Lei de Imprensa de 1967, que instaurou a censura prévia e, três anos depois, a autocensura. Muito mais do que violar a liberdade de expressão e o acesso à informação, categorias estruturantes da democracia, a censura e seus derivantes contribuíram para a implementação e a consolidação da ditadura militar, já que muitos veículos jornalísticos foram silenciados, enquanto outros, mais adequados ao regime militar e à Lei de Segurança Nacional, foram beneficiados. Jornais foram fechados, jornalistas perseguidos, presos, exilados e torturados, momento no qual, como dito, tanto a imprensa alternativa se fortaleceu quanto as cooperativas de jornalistas emanaram, apontando perspectivas de trabalho àqueles tra-

balhadores que não conseguiam empregos por defender ideais democráticos. Conforme se verá a seguir, esse foi o caso do Top News e da Projornal, exemplos de enfrentamento à ditadura militar em Goiás.

O jornal Top News e a projornal em Goiás

O jornal Top News circulou entre as décadas de 1970 e 1980 e, segundo Rodovalho (2006), era produzido por jornalistas irreverentes, engajados e críticos, com angulação debochada e altíssima repercussão política. Posteriormente, esses jornalistas fundaram a Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal), entidade que ficou responsável pela produção e pela circulação do veículo jornalístico nas suas últimas oito edições. Na pesquisa preliminar para este estudo identificou-se uma quase inexistência de produções acadêmicas sobre o jornal Top News e, por isso, compreende-se que o caminho possível para a construção de uma leitura do mesmo perpassa pela memória de jornalistas que ali atuaram como editores e colaboradores – tais como Joômar Carvalho de Brito Neto, jornalista e professor aposentado do curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG (FIC/UFG) e Nilton José dos Reis Rocha, também jornalista e ainda professor do curso de Jornalismo da mesma faculdade e instituição. Para a presente reflexão foi produzida uma entrevista com Joômar Carvalho de Brito Neto e utilizada uma de Nilton José dos Reis Rocha realizada anteriormente e publicada por Rodovalho (2006).

O jornal Top News foi fundado em junho de 1973 em Goiânia, pelos jornalistas Paulo Ramos da Silva e Cristóvão Gabine do Nascimento, deixando de circular em junho de 1975. Foi reavivado em junho de 1978, sob a direção dos jornalistas Paulo Ramos da Silva, Fued José Nassif e Henrique Duarte Ferreira. De acordo com Rodovalho (2006), a ideia original do semanário era a de se consolidar como um jornal de serviços, mas ele acabou adquirindo um ‘caráter místico’. Ainda segundo a autora, foi a partir de 1980, quando o jornalista Joômar Carvalho de Brito Neto assumiu a direção do periódico, que o caráter de crítica política tomou corpo. A partir daí, ainda de acordo com Rodovalho (2006, p. 170), “[...] a crítica debochada surge aos poucos, conforme seus jornalistas vão percebendo que assim sua mensagem chegava com mais força, e mais longe”. Em entrevista concedida para este estudo, Brito Neto (2019) definiu o Top News⁵ como um semanário crítico que amadureceu editorialmente com o tempo e que, em sua fase áurea, chegou a ter sucursais em Anápolis (GO) e Brasília (DF).

[...] semanário com vocação para a crítica, que dava o tom mais geral para suas reportagens. Em suas colunas esta característica é bem visível. Eram espaços de desabafos inteligentes, que ganharam força na última etapa do jornal [...]. Era o jeito do jornal na sua fase mais madura editorialmente. Por isso, era respeitado [...] ajudava muito o fato de ser um jornal de distribuição gratuita em Goiânia (setores centrais de Goiânia), assim como em Anápolis e Brasília, onde chegou a ter sucursais, em sua melhor fase (BRITO NETO, 2019, grifos do entrevistado).

Além de ser uma referência na Região Metropolitana de Goiânia (REG), de acordo

com Nilton José dos Reis Rocha, o Top News também era um jornal aberto aos temas sociais, tendo ainda uma linha editorial popular e comunitária, possibilitando discussões que, à época, eram consideradas absurdas – como as pautas do movimento gay, dos posseiros urbanos e das donas de casa. Conforme o entrevistado,

As pessoas procuravam o Top News porque ele era uma referência. Os políticos de oposição e os movimentos sociais sabiam que, no Top News, o material deles seria veiculado sem nenhum corte. Todo tipo de material. O Top News era um jornal muito aberto e foi um dos primeiros, por exemplo, a falar do movimento gay, a ter como linha uma defesa do homossexualismo enquanto direito. Isso era um absurdo para a época. Os movimentos urbanos, os posseiros urbanos, alguns movimentos de sabedoria popular, movimento das donas de casa, ONGs ligadas ao movimento popular, todo mundo tinha espaço no Top News. Ele era o desaguadouro de muitas dessas inquietações e aspirações dos movimentos populares (RODOVALHO, 2006, p. 175).

O Top News foi inovador em diversos aspectos, acrescenta Brito Neto (2019), tais como a abertura de espaços para que diversos movimentos populares e setores emergentes da política de esquerda publicassem as suas opiniões, sem cortes ou qualquer outro tipo de censura por parte dos editores. O semanário também se tornou referência pela crítica ácida aos veículos da grande mídia, que o entrevistado conceitua como ‘tradicionais e autoritários’, além de ser inovador na constante realização de autocritica do que era ali impresso. Contudo, talvez o maior embate dos conteúdos do Top News esteja na divulgação de denúncias contra torturadores na fase final da ditadura militar brasileira, o que gerou perseguição política a vários profissionais vinculados ao periódico. Mais um ponto que preliminarmente pode ser destacado está no fato de o Top News acolher jornalistas recém-formados em seu corpo de colaboradores, o que, de acordo com Brito Neto (2019), permitiu um aprendizado diferenciado da prática jornalística em uma mídia alternativa.

Editorialmente, Brito Neto (2019) divide o Top News em duas fases: na primeira havia uma predominância das matérias enviadas por agências de publicidade, fazendo com que o jornal se tornasse ‘uma espécie de porta-voz’ dessas empresas. Essa relação, ao mesmo tempo em que garantia a circulação de conteúdo, também trazia suporte financeiro. Contudo, quando o corpo diretivo e editorial deliberou pelo rompimento com as agências de publicidade, o impresso perdeu praticamente todo o financiamento que dispunha e que, inclusive, garantia a sua circulação gratuita. E foi justamente neste momento, entre 1979 e 1983, que o Top News entrou em sua segunda fase, com a linha editorial redefinida para um semanário político com angulação crítica. Segundo Brito Neto (2019), na segunda fase o governador Ari Valadão (1979-1983) mostrou interesse “[...] pela situação financeira do jornal, passando a liberar publicidade oficial, mesmo tendo setores do seu governo constantemente criticados pelo jornal. Isto salvou o jornal, que conseguia manter uma linha de relativa autonomia em relação ao Estado”.

Porém, em 1983 Ari Valadão deixou o Governo de Goiás e, em seu lugar, assumiu Iris Rezende Machado com uma linha de governo que, segundo Rodovalho (2006), estrangulou as experiências progressistas que estavam sendo construídas no momento histórico marcado pela abertura política do País. Os pequenos veículos de jornalismo sofreram grandes impactos com a nova política de distribuição de verbas publicitárias, tendo seus contratos de prestação de serviços rompidos. O Top News foi um dos jornais atingidos e, com isso, grande parte da redação foi transferida para a Projornal, que passou a ser responsável pelo periódico, inaugurando, assim, uma terceira fase.

Fundada em 12 de dezembro de 1978, a Projornal tinha, como objetivo, a colaboração recíproca entre os seus associados afim de promover “[...] o estímulo, desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades de caráter comum; a venda em comum de sua produção jornalística, publicitária, editorial e de serviços gráficos nos mercados locais, nacionais e internacionais” (PROJORNAL, 1980, p. 366). Desse modo, a Projornal foi idealizada para atuar como uma editora que organizaria, reuniria, registraria, editaria e comercializaria a produção dos seus cooperados que, de acordo com o estatuto da cooperativa, poderiam ser jornalistas ou profissionais de outras áreas da Comunicação Social. Conjuntamente, a Projornal foi criada no contexto de uma análise crítica sobre o mercado editorial jornalístico em Goiás, que acumulava restrições tanto à contratação de profissionais quanto à própria circulação da informação.

Ela veio de uma análise crítica do setor jornalístico em Goiás que começou, pelo menos, dois anos antes. No início eram poucos que partilhavam dessa preocupação. À medida em que as discussões foram se aprofundando, detectando melhor os pontos de estrangulamento e visualizando novos caminhos, o grupo foi crescendo e passou a contar com um maior número de colegas interessados na realização de um esquema que resultasse em benefício geral da classe (PROJORNAL, 1980, p. 365).

Tal como ocorria com o Top News, a Projornal também acolhia, em seu quadro de colaboradores, profissionais recém-formados pela UFG, cujo curso de Jornalismo foi criado em 1966, abrindo, portanto, novos mercados de trabalho na imprensa alternativa. Com base na perspectiva de Rodovalho (2006), é possível afirmar que a Projornal foi inspirada em outras cooperativas de jornalistas e de imprensa – como a Coojornal (1974 - RS) e a Coojornat (1977 - RN), e cumpriu uma importante função social e histórica ao criar mercados de trabalho alternativos para jornalistas que sofriam perseguições políticas no final da ditadura militar brasileira.

O professor Joãoimar Carvalho, editor do Top News, foi um dos fundadores da Projornal, segundo ele “a posição assumida pelo primeiro governo democrático em Goiás originou o fim das experiências alternativas de comunicação”, o que originou “uma sistemática do controle da informação como linha geral, que determina uma perseguição a jornalistas considerados extremamente autônomos e independentes, demissão de jornalistas

e controle excessivo do governo com a imprensa, quebrando sua evolução em Goiás” (RODOVALHO, 2006, p. 176, grifos da autora).

Tanto Rodovalho (2006) quanto Brito Neto (2019) asseguram que quando o Top News passou a ser produzido pela Projornal a linha editorial adotada passou a ser focada em pautas locais de interesse da cidade e, principalmente, das organizações da sociedade civil e dos movimentos populares, que não tinham voz nos grandes veículos de jornalismo. Por isso, passou a ser um instrumento semanal de informação e de formação, bem como tinha um público leitor e significador.

Na perspectiva apontada por Brito Neto (2019), como o Top News era um jornal de impacto social e cultural, a partir do momento em que a Projornal se responsabilizou por ele, a Cooperativa obteve muita visibilidade, tanto é que passou a conceber e a executar outros impressos com editorias bastante diversificadas, voltadas para associações de moradores, sindicatos, prefeituras e até empresas. Contudo, assim como ocorreu com a ampla maioria dos periódicos impressos alternativos no Brasil, tanto o Top News quanto a Projornal sucumbiram ao modelo mercadológico de produção jornalística. Para Brito Neto (2019), o maior problema enfrentado pela Projornal foi a falta de dinheiro, de estrutura e de gestão. Ainda de acordo com Brito Neto (2019), sem dinheiro, sem patrimônio e com problemas de gestão, a Projornal chegou ao fim, pois havia muitas demandas concernentes à necessária estruturação da Cooperativa e poucos recursos humanos e financeiros para dar conta de um sonho tão grande. E, com a Projornal, o Top News também chegou ao fim.

Considerações

Experiências de imprensa alternativa como as citadas aqui são importantes para a história da imprensa por diversos fatores, dentre os quais se destaca a representatividade no que diz respeito ao exercício do jornalismo em determinados contextos políticos e sociais. E também em como a imprensa sempre dialoga com a sociedade ao longo do tempo, sendo, de certa maneira, tanto um reflexo de ideias vigentes quanto resistência às mesmas.

Tanto o Top News quanto a Projornal estão atrelados a contextos de resistência e, ao mesmo tempo, de inovação, seja movido por dificuldades e entraves políticos e econômicos ou alimentados por paixões, ideais e um ethos caracterizado por desejos e ações voltadas para um jornalismo engajado, crítico e autossustentável. A isso se soma ainda a luta pela democracia, especialmente no contexto dessas duas iniciativas vinculadas à imprensa alternativa, que teve papel fundamental na formação e na informação crítica e de resistência.

O percurso teórico-metodológico aqui trilhado tem seus horizontes na História Cultural que, conforme pontua Chartier (1990), indica uma multiplicidade de possibilidades de leituras e interpretações dos processos históricos, bem como para os modos como determinada realidade foi construída, pensada e dada a ler. Portanto, o que se busca não é uma construção linear e tampouco isolada do objeto empírico estudado em relação à sua conjuntura social, histórica e cultural, tal como alerta Barbosa (2004):

Nessa dada concepção de história, baseada no senso comum, está presente

uma filiação que pena os movimentos da história a partir de uma perspectiva que coloca sob foco central os personagens que – através do poder que tinham de deixar registros para a memória – se tornaram o centro da própria narrativa. Essa perspectiva está também contaminada por uma ideia de história linear e orientada em direção a um futuro infinito, perspectiva essa tributária de uma dada ideia de progresso: a ideia de progresso do pensamento positivista. Essa mesma perspectiva coloca em destaque quando se pensa a história na ideia de ruptura e não de processo (BARBOSA, 2004, p. 1).

Barbosa (2004) também ressalta a latente necessidade de alteração do olhar em relação aos estudos históricos no campo da Comunicação, que é, fundamentalmente, epistemológica e paradigmática. É que a escrita da história da imprensa requer um distanciamento de fatos, de nomes e de personagens geralmente ligados aos grupos hegemônicos que o passado construiu e engendrou para o futuro. Isso implica na superação das pesquisas que se limitam aos registros de aparecimento ou desaparecimento de periódicos em determinados momentos sociais ou políticos. Ou mesmo aqueles que miram nos veículos comunicacionais e jornalísticos como portadores e reprodutores de ideologias, desconsiderando tanto a força simbólica da sua produção quanto os processos de significação dos seus leitores diretos e indiretos.

Assim sendo, a perspectiva aqui apontada compreende que o fazer histórico é um processo complexo e dialético que deve ser capaz de ler inúmeras redes e relações sociais, tais como as relacionadas à produção social de sentidos, à releitura e à própria reescritura. Por ter uma análise similar é que Barbosa (2013, p. 8) diz que “[...] história é tudo aquilo que do passado chegou até o presente, serão os rastros, restos e vestígios que perduram no tempo em diversos suportes que se constituirão nas fontes a serem interpretadas para explicar gestos e ações pretéritas”.

Aqui compreende-se ainda que, ao produzir e vender bens simbólicos, os veículos de comunicação e de jornalismo mediam a vida e os seus significados, ao mesmo tempo em que também são mediadores de mercadorias ao atribuir inúmeros valores de uso que são fundamentais às dinâmicas do próprio capital. Por conseguinte, essas instituições não estão soltas no mundo e não existem fora das redes socialmente construídas no passado e que se desdobram no presente. Igualmente, ao registrar fatos cotidianos, relatos, impressões, narrativas e memórias, os veículos comunicacionais e jornalísticos atingem o estatuto de documentos, lugares de guardar representações e simbologias não somente dos seus interlocutores diretos, como também de quem, até mesmo anonimamente, com eles dialoga e significa.

De fato, uma das fontes mais ricas da História está na memória, que pode ser compreendida como registro do sensível, daquilo que determinado momento ou fato representou para grupos sociais ou pessoas. Isso porque a memória não possui apenas uma dimensão individual relacionada às vivências dos sujeitos no seu espaço e tempo histórico. A própria dimensão histórico-dialética da formação social do sujeito atribui, à memória, um caráter que também é coletivo, tal como assinala Halbwachs (2004, p. 71):

“[...] os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas que eles representam em correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por tudo”. Ou seja, a memória individual perpassa pela coletiva e vice-versa. Enquanto operação historiográfica, os relatos orais são um dos elementos mais centrais da memória, tendo em vista que são capazes de descortinar existências e materializar vivências até então silenciadas no próprio sujeito ou em seu grupo social.

Narrar essa história e, mais ainda, reinterpretá-la, reinventá-la, (re)escrevê-la, é uma oportunidade de conhecimento e de registro da história da imprensa goiana que não deve ser desperdiçada. Objetos que, até então, estão silenciados na história da imprensa goiana, como o Top News e a Projornal, precisam urgentemente sair da invisibilidade e ganhar mais força enquanto prática e aplicação de saberes.

1. Kalyne Menezes Souza

Doutoranda em Comunicação na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Mestrado em Comunicação pela Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG) (2015).

2. Rosana Maria Ribeiro Borges

Professora do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Pós-Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019).

Doutorado em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG) (2013).

Mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) (2000).

NOTAS

1. Texto ampliado do resumo expandido originalmente apresentado na Divisão Temática (DT) Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Centro-Oeste (INTERCOM CENTRO-OESTE), evento sediado pela Universidade Federal de Goiás, de 22 a 24 de maio de 2019, na cidade de Goiânia (GO). Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2019/resumos/R66-0369-1.pdf>.

4. Cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e certificado pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Disponível em: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9894177026176850.

5. No levantamento bibliográfico empreendido, encontrou-se apenas um artigo sobre o Top News. Intitulado ‘Lições de um jornalismo debochado’, o texto, assinado por Mariane Rodovalho, foi publicado em 2006 na Revista Intervozes, do Coletivo Brasil de Comunicação Social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (org.). **História da imprensa**

no Brasil. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012. p. 107-113.

BARBOSA, M. Como escrever uma história da imprensa? In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ALCAR, 2004.

BARBOSA, M. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo**: Brazilian Journal of Communication, Niterói, v. 12, p. 51-62, 2005. DOI 10.22409/contracampo.v0i12.558. Disponível em: <http://periodicos.ufrj.br/contracampo/article/view/17385>. Acesso em: 5 ago. 2019.

BORGES, R. M. R. **Pensamentos dispersos, hegemônias concentradoras**: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

BRITO NETO, Joômar Carvalho de. [Entrevista cedida a Kalyne Menezes]. Goiânia, jan. 2019.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

PROJORNAL. In: ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. **Imprensa goiana**: depoimentos para sua história. Goiânia: CERNE, 1980. p. 365-367.

RODOVALHO, M. Lições de um jornalismo debochado. In: **VOZES da democracia**: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Intervozes : Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006. p. 168-183.